



**GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.**

**Projeto de Lei nº 00052/18**  
**Interessado: Vereador Preto Aquino**

**PARECER**

Trata-se da análise de projeto de lei nº 00052/18 subscrito pelo vereador Preto Aquino que dispõe sobre a área de segurança escolar, como espaço de prioridade ao poder público municipal, e dá outras providências.

É o breve relatório.

A presente iniciativa reveste-se de grande conveniência e oportunidade pelo fato de contribuir para a segurança nas escolas municipais.

Na Constituição Federal de 1988 não se vislumbra a existência de obstáculo constitucional que possa inibir o exercício, pelo Município, da típica atribuição institucional que lhe pertence, fundada em título jurídico específico (CF, art. 30, I).

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

(...)

Na realidade, o Município, ao assim legislar, apoia-se em competência material que lhe reservou a própria Constituição cuja prática autoriza essa mesma pessoa política a dispor, em sede legal, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local.

*Isto posto*, após análise do mérito do Projeto de Lei nº 00052/18, concedo parecer **FAVORÁVEL**, pelo fato de o mesmo atender ao interesse público, não apresentar vícios de constitucionalidade, nem tampouco contrariar a Lei Orgânica do Município.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 09 de abril de 2018.

  
**AROLDO ALVES DA SILVA**  
Vereador-PSDB

